

Os Eremitas de Santo Agostinho: O Convento de Nossa Senhora da Assunção de Penafirme



Mosteiro de Penafirme

A tradição fomentada a partir *Chronica* da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho (1642), de Frei António da Purificação, aponta a data de 840 para a fundação do mosteiro de Penafirme. O feito é, desde então, atribuído a Ancirado, um eremita alemão, que pondo-se em fuga de Santarém, devido aos ataques dos muçulmanos, ali teria vindo parar.

No século XII, segundo o mesmo cronista, o mosteiro teria sido quase todo reedificado por São Guilherme, um dos principais restauradores da Ordem, que, seguindo o mesmo autor, teria passado pelo território de Portugal, aquando da sua visita a Santiago de Compostela.

A documentação existente não nos permite, porém, sustentar estas informações, uma vez que os documentos mais antigos, que atestam a presença dos eremitas em Penafirme, datam do século XIII. A 12 de Abril de 1226, o concelho, por ordem e vontade de dois oficiais régios, o almoxarife Domingos Eanes e o tabelião Martinho Pais, doaram duas propriedades junto a Penafirme a Frei Gaibetino, provavelmente de origem italiana, da Ordem de Santo Agostinho, para que aí se pudesse instalar com os seus companheiros. Uma fundação italiana, tal como a da Graça de Lisboa, cerca de 1234, que deverá estar relacionada com o ramo eremítico originário da Toscana.

De facto, a localização do futuro mosteiro apreça apontar para um espaço ermo, despovoado: a este, uma mata pertencente ao concelho, que se

estendiam até ao rio *fascis*; a oeste, o mar; a sul, a Póvoa e o termo de *Sancti Juliani* (S. Gião de Ribamar, junto a Santa Cruz, onde existiu uma ermida no período medieval). Deste modo, parece ser óbvio o interesse do concelho e o apoio do rei, uma vez que, acolhendo o grupo de eremitas liderado por Frei Gaibetino, lhes permitia fomentar o povoamento de uma região ocupada por matas, paus e terrenos incultos.

A documentação medieval do mosteiro desapareceu, restando-nos um livro de traslados de documentos anteriores a 1535, o qual serviu para o registo de outros diplomas anteriores a 1600, efectuado a pedido do prior D. Jorge do Maxial.

O património do mosteiro não deverá ter crescido nos primeiros tempos, confinando-se àquelas duas doações fundacionais. Sabemos, contudo, que no ano de 1318, aquando do lançamento da primeira pedra da igreja de São Dinis, em Porto Novo, o templo a edificar ficava próximo do mosteiro de Penafirme, ao qual D. Dinis, deixara no seu testamento, datado de 20 de Junho de 1322, cem libras *pera mi cantarem algũas missas e pera me meterem en oraçam a Deus por mha alma*.

Data de 1322 a primeira doação conhecida de bens fundiários, após a dotação inicial, feita aos frades de Penafirme. Por carta de 23 de Abril, Giral [Esteves] Picanço, cavaleiro, e Aldonça Anes, sua mulher, deixavam ao *moesteiro de Samta Maria de Penafirme* os casais que possuíam na Póvoa. Era então prior Frei Adão. À doação do antigo alcaide de Torres Vedras, entre 1304 e 1306, juntava-se outra, em 1362, de D. Violante Lopes Pacheco, familiar do mosteiro, viúva de D. Diogo Afonso de Sousa e senhora de Mafra e da Ericeira. Ao convento deixava um casal da Barreira, em Cambelas.

O património de Penafirme era, porém, ainda reduzido face às necessidades da comunidade. Só assim se entende, como defende João Inglês Fontes, que o Papa Urbano V tenha emitido uma bula, datada de 29 de Março de 1364, autorizando a transferência do convento de Penafirme para a vila de Torres Vedras. Não sabemos, porém, quais as consequências desta determinação, assim como desconhecemos se houve ou não um abandono temporário do cenóbio. Todavia, talvez nos seja possível inferir acerca desta

possibilidade reforçada pelo facto de, em 1408, ser o prior do mosteiro de Santo Agostinho de Torres Vedras, fundado em 1266, e não o prior de Penafirme, a solicitar ao tabelião Diogo Afonso um traslado da doação feita a Frei Gaibetino, em 1226. Certo é que os eremitas se encontravam em Penafirme, em 1453, quando D. Afonso V lhes concedeu, a título de esmola, um assentamento de 400 reais brancos, pago anualmente pelo almoxarife de Óbidos, a partir das rendas devidas ao monarca nesse território.

Em 1464, o convento aforou a Afonso Eanes, morador na Lourinhã, uns pardieiros que o mesmo possuía na vila; em 1474, os Agostinhos recebiam por doação de Afonso Vieira, escudeiro, todos os bens e herança que este tinha no casal da Póvoa, em a *comarca do dito moesteiro*, com o compromisso do cenóbio lhe dar quatro geiras de pão em cada ano e, após a sua morte, celebrarem quatro missas anuais por sua alma.

Na transição do século XV para o século XVI, assiste-se a um revigorar da vivência monástica entre os Eremitas de Santo Agostinho e a tentativas de renovação no interior da Ordem. Entre estes reformistas, encontramos, no mosteiro de Penafirme, Frei João da Madalena, confessor de D. Leonor, à frente da comunidade, em Setembro de 1515. Mas na mesma altura, também aí permaneceu Frei João Bom (de Estremoz), enfermeiro-mor do hospital das Caldas da Rainha, desde 1482, falecido em Penafirme, em 1507 ou 1517, onde foi sepultado. E Frei Aleixo de Penafirme, também falecido neste mosteiro, em 1507, e aqui sepultado. Figuras que se integram e contribuem para o reflorescimento espiritual da Ordem, que foi acompanhado de um crescimento patrimonial que, desde final da centúria de Quatrocentos, se prolongaria pelas primeiras décadas do século XVI.

Por esta altura, O convento procurava concentrar o seu património na "região" em volta do mosteiro. Ao mesmo tempo, os monarcas D. Manuel e D. João III apoiavam o cenóbio, através da concessão de esmolos anuais: 20 arratéis de pimenta, 4 de canela, 2 de cravo, 4 de malagueta, 2 de gengibre, 6 de incenso e 6 de açúcar.

Em 1535, a pedido de D. João III, iniciava-se a reforma da Ordem da Província Portuguesa dos Eremitas de Santo Agostinho, através dos frades

Francisco de Vilafranca e Luís de Montoya. Novos tempos áureos se aproximavam, apesar da comunidade não ultrapassar, em meados do século XVI, as sete unidades.

Em 1547, muito provavelmente, iniciava-se a construção do novo mosteiro, junto do antigo. Todavia, os trabalhos prolongar-se-iam por quase um século, uma vez que em 1642, ainda decorriam as obras do edifício, apesar da nova igreja ter sido sagrada a 15 de Agosto de 1638.

SAIBA MAIS: FONTES, João Luís Inglês, coord. - *A dos Cunhados: Itinerários da Memória*. A dos Cunhados: Pró-Memória, 2002.